

TERRITÓRIO DO CONTESTADO: Aspectos históricos do processo de marginalização

Sandro Luiz Bazznella¹

Jairo Marchesan²

Alexandre Assis Tomporoski³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a partir da geografia, história e filosofia a dinâmica da constituição das relações sociais, políticas e econômicas do território do Contestado, em seu complexo processo histórico. Metodologicamente, o artigo ampara-se em análises de observações e constatações *in loco* da realidade socioeconômica regional e se fundamenta em literaturas da história, geografia e filosofia. Com isso, investiga os processos históricos que justificam a marginalização social, política e econômica. Historicamente, o denominado território do Contestado foi e é marcado, especialmente, pelo extrativismo vegetal e agropecuário. Portanto, foi aliado pelos investidores de reinvestimentos na produção e distribuição econômica e cultural, principalmente. Consequentemente, a maioria da população regional permanece marginalizada e excluída social, econômica e culturalmente. Análises como estas podem contribuir de forma pedagógica, acadêmica e, sobretudo, socialmente, para melhor compreender o processo histórico de formação e transformação, assim como a realidade socioeconômica regional. Conclui-se que o referido território precisa de intensos e contínuos investimentos sociais, dentre eles educacionais, na perspectiva de elevar a formação e qualificação humana. Nesta perspectiva, recomenda-se que as organizações educacionais regionais principalmente, invistam processualmente e com responsabilidade social na recuperação da motivação, autoestima e altivez humana deste território. Além disso, que estimulem ações empreendedoras e de valorização dos ativos materiais e imateriais. Ou ainda, na perspectiva de gerar concepções e ações de confiança entre si, empoderamento socioeconômico, fortalecimento das relações de identidade e de pertencimento territorial. Tais perspectivas precisam ser amparadas na sustentabilidade econômica, social e principalmente ambiental. Um outro território do Contestado é possível e necessário.

Palavras chaves: História; Geografia; Filosofia; Território do Contestado; Marginalização

ABSTRACT: This article aims to analyze, from the geography, history and philosophy, the dynamics of the constitution of the social, political and economic relations of the Contestado territory, in its complex historical process. Methodologically, the article is based on analyzes of observations and findings *in loco* of regional socioeconomic reality and is based on literatures of history, geography and philosophy. With this, it investigates the historical processes that justify the social, political and economic marginalization. Historically, the territory of the Contestado has been and is marked, especially, by the vegetal and agricultural extractivism. Therefore, it has been neglected by investors of reinvestments in production and economic and cultural distribution, mainly. Consequently, the majority of the regional population remains marginalized and socially, economically and culturally excluded. Analyzes such as these can contribute in a pedagogical, academic and, above all, socially, to better understand the historical process of formation and transformation, as well as regional socioeconomic reality. It is concluded that the said territory needs intense and continuous social investments, among them educational, with the perspective of elevating the formation and human qualification. In this perspective, it is recommended that regional educational organizations (Schools, Universities, Research Centers, etc.) mainly invest procedurally and with social responsibility in the recovery of the motivation, self-esteem and

¹ Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). E-mail: sandro@unc.br

² Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). E-mail: alexandre@unc.br

³ Doutorado (2013) em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: alexandre@unc.br

human pride of this territory. In addition, they stimulate entrepreneurial actions and valuation of tangible and intangible assets. Or, in the perspective of generating conceptions and actions of trust among themselves, socioeconomic empowerment, strengthening of the relations of identity and territorial belonging. Such perspectives need to be supported by economic, social and especially environmental sustainability. Another territory of the Contestado is possible and necessary.

Keywords: History; Geography; Philosophy; Territory of the Contestado; Marginalization

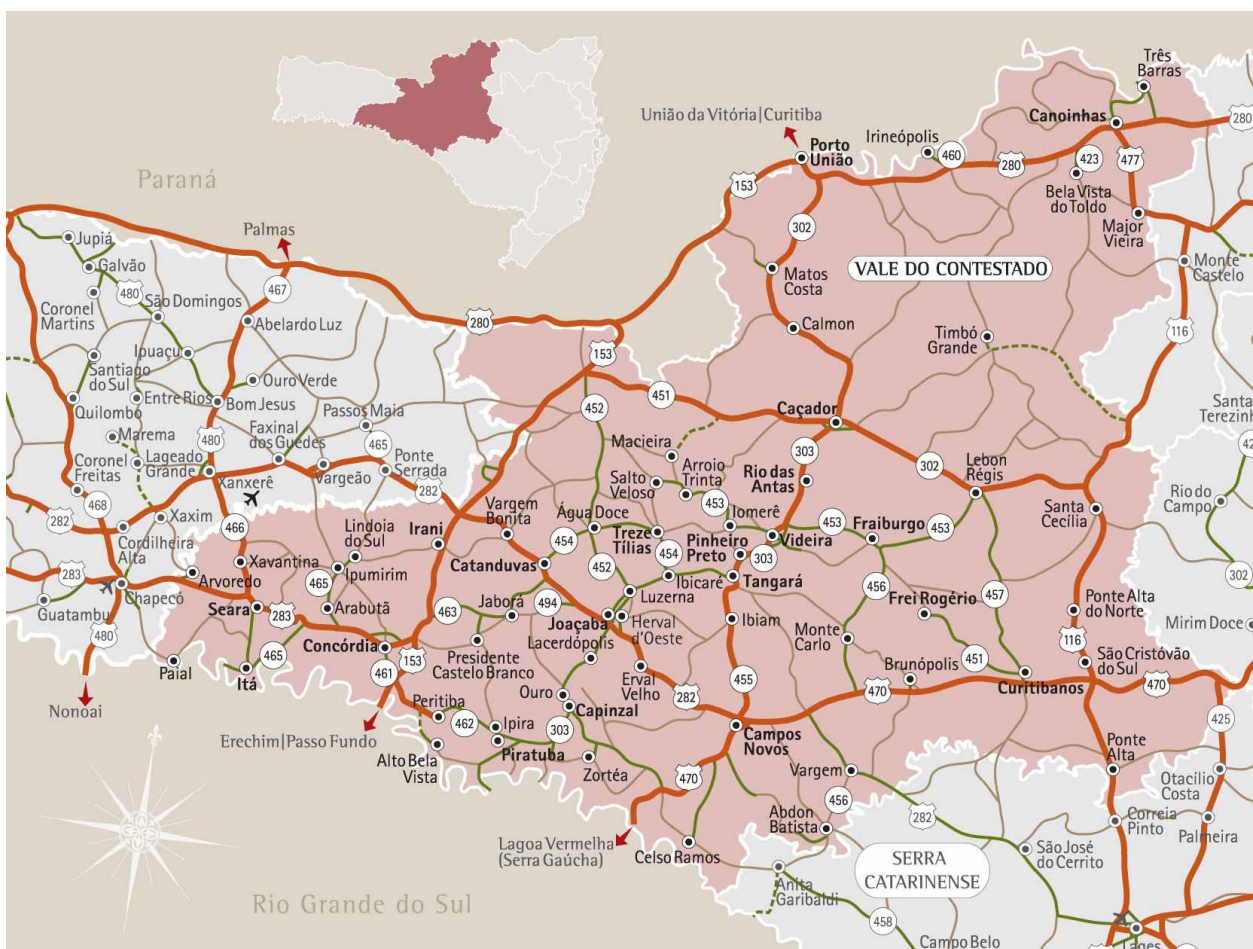
O OLHAR DA GEOGRAFIA SOBRE O TERRITÓRIO DO CONTESTADO

Cabe aos cientistas sociais, dentre eles, historiadores, geógrafos, filósofos, sociólogos investigar como a sociedade ocupa determinado espaço, organiza-o, e transforma-o de acordo com suas necessidades e/ou interesses, por força das influências de pessoas, grupos, organizações, sistemas produtivos ou pelo próprio modo de produção em curso. A ciência geográfica, em particular, caracteriza-se por utilizar as categorias de análise de tempo e espaço para estudar e compreender as relações humanas entre si e com a natureza. A Geografia é a ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico em suas diferentes dimensões e relações. Para Milton Santos (1999), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (p. 51). A compreensão do espaço e de suas transformações pode ser realizada através da análise das diferentes dimensões, relações e dos elementos que o constituem. O espaço é dinâmico porque os elementos que dele fazem parte, inclusive o homem e a natureza em suas diferentes formas de vida, interagem entre si e se transformam ao longo do tempo e no espaço. Assim, neste processo, tanto o homem quanto a natureza se transformam permanentemente. Cabe destacar que a natureza por si só se transforma. Porém, algumas intervenções humanas podem provocar intensas e extensas transformações.

A ciência geográfica possibilita conhecer e compreender as transformações do espaço em suas diferentes dimensões, mas, também, as relações de poder que se estabelecem em determinado espaço. A isso, denomina-se de território. No território, manifestam-se expressões do global. Ou ainda, é no território que pode se estabelecer relações sociais, políticas e econômicas exógenas ao seu contexto. Portanto, é no território que as influências do global ou dos fatores externos se expressam. Sob esta perspectiva,

este artigo analisa a constituição histórica, geográfica, bem como reflete filosoficamente aspectos da constituição da identidade e contradições passadas e presentes no território do Contestado, o qual, também, foi e é influenciado por fatores exógenos. Portanto, num primeiro momento é oportuno localizar e caracterizar brevemente o território do Contestado sob o ponto de vista geográfico.

Assim, geograficamente, o denominado Território do Contestado (Fig. 01) no Estado de Santa Catarina ocupa uma área de 1.353.941,682 km², constituído por 62 municípios e 729.331 habitantes (IBGE, 2016). Está localizado no Centro-Oeste e estende-se até o Planalto Norte do Estado de Santa Catarina, também conhecido como região do Contestado. O referido território localiza-se ao Norte pelos rios Negro e parte do Iguaçu (Planalto Norte); ao Sul, pelos rios Canoas e parte do Uruguai; ao Oeste pelo vale do rio do Peixe, partes das microrregiões do Alto Uruguai Catarinense e região serrana do município de Irani); a Leste, pela Serra Geral. Além do Estado de Santa Catarina, o território do Contestado ocupa a parte Sul e Sudoeste do Estado do Paraná.



Fonte: Santa Catarina. Região Turística Vale do Contestado (2014)

O Quadro 01, a seguir, demonstra os municípios e respectivas áreas em km², população humana e Índice de Desenvolvimento Humano⁴ por Município, do referido território.

Quadro 01 – Municípios que integram o Território do Contestado

	Município	Área (km ²)	População (Hab.)	IDHM
1	Abdon Batista	235,831	2.653	0,694
2	Água Doce	1.314,259	6.961	0,698
3	Alto Bela Vista	103,980	2.005	0,755
4	Arabutã	133,295	4.193	0,733
5	Arroio Trinta	94,301	3.502	0,764
6	Arvoredo	90,769	2.260	0,715
7	Bela Vista do Toldo	538,133	6.004	0,675
8	Brunópolis	337,044	2.850	0,661
9	Caçador	984,285	70.762	0,735
10	Calmon	638,178	3.387	0,622
11	Campos Novos	1.719,373	32.824	0,742
12	Canoinhas	1.140,394	52.765	0,757
13	Capinzal	244,200	20.769	0,752
14	Catanduvas	197,297	9.555	0,714
15	Celso Ramos	208,276	2.771	0,719
16	Concórdia	799,449	68.621	0,800
17	Curitibanos	948,738	37.748	0,721
18	Erval Velho	207,359	4.352	0,723
19	Fraiburgo	547,854	34.553	0,731
20	Frei Rogério	159,216	2.474	0,682
21	Herval d'Oeste	217,334	21.239	0,758

⁴ IDH sigla que significa **Índice de Desenvolvimento Humano**. É uma metodologia desenvolvida para estabelecer comparações de desenvolvimento de 188 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). O índice foi criado nos anos 1990 por dois economistas: o paquistanês Mahbub ul Haq (falecido em 1998 e um dos fundadores da teoria do desenvolvimento humano) e o indiano Amartya Sen (prêmio Nobel em 1998 e professor do departamento de economia de Harvard). O IDH tem sido usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). (...) Além de medir a qualidade de vida de praticamente todos os países do globo, o IDH também inspirou a criação de rankings locais. No Brasil, temos o **IDH Municipal (IDHM)**, que leva em conta os mesmos três indicadores do IDH para comparar a qualidade de vida dos mais de 5 mil municípios brasileiros. Os dados são extraídos do Censo do IBGE, feito a cada dez anos e cuja última edição foi em 2010. (...) Uma das maiores críticas ao IDH é que ele não consegue abarcar toda a complexidade que envolve determinar a qualidade de vida de um país. Por exemplo: pelos critérios que mostramos acima, é possível que ditaduras tenham um desenvolvimento humano muito maior do que algumas democracias. A falta de liberdade não seria um fator que prejudica a população? (...) Da mesma forma, a **desigualdade** também não é levada em conta no cálculo tradicional do IDH. Um país pode ter uma renda extremamente concentrada nas camadas mais ricas da população, apresentar altas taxas de pobreza e mesmo assim ter um IDH elevado. Fonte: <https://www.politize.com.br/idh-o-que-e/> - acessado em 22.06.2019

22	Ibiam	146,715	1.945	0,725
23	Ibicaré	155,790	3.373	0,708
24	Iomerê	113,754	2.739	0,795
25	Ipira	154,565	4.752	0,736
26	Ipumirim	247,717	7.220	0,738
27	Irani	325,737	9.531	0,742
28	Irineópolis	589,558	10.448	0,699
29	Itá	165,869	6.426	0,771
30	Jaborá	182,154	4.041	0,732
31	Joaçaba	242,110	27.020	0,827
32	Lacerdópolis	68,890	2.199	0,781
33	Lebon Régis	941,486	11.838	0,649
34	Lindóia do Sul	188,636	4.642	0,743
35	Luzerna	118,382	5.600	0,789
36	Macieira	259,641	1.826	0,662
37	Major Vieira	525,495	7.479	0,690
38	Matos Costa	433,073	2.839	0,657
39	Monte Carlo	193,520	9.312	0,643
40	Ouro	213,575	7.372	0,774
41	Paial	85,757	1.763	0,718
42	Peritiba	95,842	2.988	0,766
43	Pinheiro Preto	61,461	3.147	0,777
44	Piratuba	145,976	4.786	0,758
45	Ponte Alta	568,960	4.894	0,673
46	Ponte Alta do Norte	399,239	3.303	0,689
47	Porto União	845,340	33.493	0,786
48	Pres. Castello Branco	65,605	1.725	0,770
49	Rio das Antas	317,999	6.143	0,697
50	Salto Veloso	105,069	4.301	0,784
51	Santa Cecília	1.145,810	15.757	0,698
52	São Cristóvão do Sul	351,100	5.012	0,665
53	Seara	310,981	16.936	0,779
54	Tangará	388,384	8.674	0,737
55	Timbó Grande	598,473	7.167	0,659
56	Três Barras	437,556	18.129	0,706
57	Treze Tílias	186,638	6.341	0,795
58	Vargem	350,151	2.808	0,629
59	Vargem Bonita	298,498	4.793	0,718
60	Videira	384,521	47.188	0,764
61	Xavantina	216,688	4.142	0,749
62	Zortéa	189,717	2.991	0,761
	TOTAL:	1.353.941,682	729.331	0,727

Fonte: IBGE, Censo de 2010.

Ao investigarmos e observarmos a localização dos municípios evidenciados na Figura 01 verifica-se diferenças significativas nos Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios que compõem o referido território. De maneira geral, os municípios ao longo da microrregião do Alto Uruguai Catarinense (Alto Bela Vista, Arabutã, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina) e Vale do rio Peixe (Joaçaba, Videira, Herval do Oeste, Luzerna, Treze Tílias e outros) apresentam bons Índices de Desenvolvimento Humano. No entanto, muitos municípios, destacando-se Calmom, Matos Costa, Major Vieira, Três Barras, Timbó Grande, Santa Cecília, dentre outros, possuem baixos índices de Desenvolvimento Humano. Portanto, constata-se a partir do Quadro 01 que o IDH do referido território destoa. Tal constatação também pode ser observada *in loco* ao percorrer os municípios. Ou seja, há municípios com IDH relativamente bons, enquanto que outros possuem baixos índices. Assim, nem tudo o que é denominado de vale ou território do Contestado é considerado marginalizado e de baixos índices sociais.

A HISTÓRIA E O TERRITÓRIO DO CONTESTADO

Para a compreensão das relações humanas entre si, com e/ou em determinado território, utiliza-se a ciência historiográfica. Assim, a História é uma ciência que possibilita investigar, conhecer, analisar e compreender os interesses, relações de poder e fenômenos envolvendo os seres humanos em determinado território. Segundo Milton Santos (1997),

Para apreender o presente, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas as categorias que ele nos legou (...). Os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relações não há “fatos”. É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é (p. 10/11).

Em seus primórdios, o território do Contestado era ocupado por diferentes grupos indígenas, principalmente das tribos Xoklengs e Kaingang. Tal cenário transformou-se profundamente a partir de 1728, com a abertura da Estrada de Tropas, caminho que interligava os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, utilizado para transporte de produtos e animais. Ao longo deste caminho, nos locais de parada para descanso e alimentação, paulatinamente foram surgindo povoados, que deram origem a alguns dos municípios que atualmente integram o território do Contestado. Portanto, com o decorrer do tempo, uma parcela deste território fora ocupado por caboclos, muitos destes, descendentes de ex-escravos que habitavam o interior do Estado. Na primeira metade do século XIX, iniciou-se o povoamento da região através da chegada das primeiras levas de imigrantes, oriundos, principalmente, do continente europeu. No ano de 1829, ocorreu a chegada dos primeiros imigrantes, de origem alemã, ao município de Rio Negro (PR). Este processo de imigração intensificou-se sobremaneira em fins do século XIX e início do século XX.

A constituição deste mosaico cultural, associado à concentração da terra, da renda e do poder pelos coronéis e, a partir de 1910, pela instalação, no município de Três Barras, na época pertencente ao Estado do Paraná, da maior serraria em atividade na América do Sul, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que também instituiu um incisivo processo de expansão fundiária. Tal condição tornou insustentável a situação da população cabocla, formada principalmente por pequenos posseiros, influenciando parcialmente a eclosão da Guerra do Contestado (1914 - 1918), conflito armado resultante de um complexo e emaranhado conjunto de causas, dentre outros fatores, foram e são determinantes nos processos de marginalização e das diferenças sociais e econômicas no referido território. Com a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande (1904 - 1910) intensificou-se a ocupação humana e as profundas transformações sociais, políticas e principalmente econômicas nesse território.

Monopolista sobre o espaço geográfico, o capital controla os homens e a natureza, para os tornar homens e natureza para o capital. Mediando a relação homem-meio e crescendo sobre ela, o capital tece a “geografia dos homens concretos”. E esta geografia da alienação degrada o homem e a natureza (...). Fomenta a escassez para forjar necessidades novas e renovar as necessidades velhas, subordinando a existência dos homens e os movimentos da natureza ao circuito das mercadorias. (MOREIRA, 1985, p. 106)

Assim, historicamente, esse território é marcado pelo extrativismo, primeiramente vegetal (extração da madeira, erva-mate para atender as demandas externas) e, mais tarde, pela exploração agropecuária. Além deste fator, a concentração da propriedade da terra ainda prepondera hodiernamente, em particular, no trecho territorial constituído pelo Planalto Norte Catarinense. Este processo de concentração fundiária acentuou-se peremptoriamente no início do século XX, pela instalação do capital estrangeiro. Portanto, esse território foi e é marcado pela intensa exploração extrativista, o que denota impactos ambientais regionais, e também pela concentração da terra entre grandes proprietários. Devido aos aspectos de ocupação, exploração natural e humana, esse Território encontra-se em condição de marginalização. Assim, tal situação é desconfortável, questionável, indesejável, e necessita ser superada, a partir da compreensão do processo histórico capitalista que o conformou e a conforma na contemporaneidade em suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. Portanto, o processo histórico de formação do Território do Contestado evidencia os fatores que culminaram na marginalização e exclusão social verificadas no Território sob análise, e, conseqüentemente, justifica a implantação, no referido Território, de 02 (dois) programas Territórios da Cidadania⁵ (Território da Cidadania do Planalto Norte e Território da Cidadania Meio Oeste Contestado).

A CONTRIBUIÇÃO DA FILOSOFIA NO DIÁLOGO COM A GEOGRAFIA E A HISTÓRIA EM TORNO TERRITÓRIO DO CONTESTADO.

Aristóteles em sua obra *Metafísica*, livro A (primeiro) afirma peremptoriamente: “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber” (ARISTÓTELES, 2002, p. 5). A premissa aristotélica parte do pressuposto de que os seres humanos são dotados de desejo, de impulso ao conhecimento das coisas em seu entorno. Assim, o fato incontestado é que no conjunto dos demais seres vivos é o homem o único animal provido deste ímpeto

⁵ Territórios da Cidadania é um Programa do governo federal lançado em 2008. Cada território é formado por um conjunto de municípios com características semelhantes, destacando-se pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Dentre os objetivos é estimular a organização social e priorizar ou eleger demandas. A partir disso, o governo estabelece um programa de transferência de recursos para estimular o desenvolvimento. Para maiores esclarecimentos, ler KNOREK e LOCH (Orgs.), 2016.

desbravador do mundo, das coisas e da busca do conhecimento dos seres, dos acontecimentos que compõe o meio que o circunda e do qual faz parte. “É na *procura* que o homem se revela a si mesmo como homem, sendo essencialmente um animal metafísico.” (SILVA, 1994, p. 6).

Sob tais pressupostos de origem aristotélica, o exercício da filosofia se caracteriza por certo uso da razão que se admira, se espanta com os fatos, com os acontecimentos no mundo e procura incansavelmente compreendê-los em seus fundamentos, em suas bases constitutivas. O exercício do filosofar é exigente, requer atenta e paciente observação, a contemplação do que foi observado, o questionamento sobre a existência ou não de tais fenômenos, a análise da linguagem a partir da qual expressamos o que vimos e observamos. Ou seja, se as palavras que utilizamos como forma de expressão dos fenômenos e do mundo que percebemos e comunicamos se aproximam, ou alcançam aquilo que nossos sentidos captaram. E, sobretudo, o exercício do filosofar requer o diálogo, a abertura para o debate, para o confronto com outras perspectivas de conhecimento como condição de por a prova suas premissas, suas pretensões de conhecimento em sua contingencialidade.

Assim, no que se refere ao Território do Contestado, o exercício do filosofar requer que se coloque em questão a precisão conceitual do termo marginalização e que assume importância decisiva para a interlocução com as demais ciências anunciadas. Tal condição e, exigência remete a uma consulta aos dicionários da língua portuguesa. O termo marginalização é proveniente do verbo marginalizar: 1. “Impedir que participe de; por a margem de uma sociedade, de um grupo, da vida pública”. Assim, a definição de marginalização denota ações marcadas pela violência perpetrada por indivíduos, que impedem que outros participem de determinado âmbito de relações individuais ou sociais. Sugere por extensão, se necessário for, ação violenta de indivíduos, grupos ou de instituições que cerceiam a participação de outros grupos, de setores da sociedade da vida social, política ou econômica de uma comunidade, de um território, ou mesmo de um país.

É a partir destes pressupostos que as variáveis da concepção de história do filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) podem contribuir para a compreensão dos processos históricos de marginalização do Território do Contestado. Assim, é inerente a concepção benjaminiana de história a crítica ao historicismo e sua visão de tempo derivado das

pretensões iluministas em sua contínua e sistemática aposta no *continuum* de um tempo presente em busca do progresso, do desenvolvimento econômico *ad infinitum*. Ou seja, de um tempo marcado pela ansiedade em relação ao desenvolvimento, e que sob tal condição nega o passado e a contribuição das gerações anteriores na potência de transformadora do mundo no tempo presente. Assim, se posiciona o filósofo:

O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção. Não nos afaga, pois, levemente um sopro de ar que envolveu os que nos precederam? Não ressoa nas vozes a que damos ouvido um eco das que estão, agora, caladas? E as mulheres que cortejamos não tem irmãs que jamais conheceram? Se assim é, um encontro secreto então está marcado entre as gerações passadas e a nossa. Então fomos esperados fomos esperados sobre a terra. Então nos foi dada, assim como a cada geração que nos procedeu, uma fraca força messiânica, à qual o passado tem pretensão. Essa pretensão não pode ser descartada sem custo. (BENJAMIN, 2005, p. 48)

Ainda, nesta direção acompanhemos a aprofundemos a concepção benjaminiana de tempo e história, fundamentais para questionar o tempo e a narrativa histórica dos grupos que impõem sobre o Território do Contestado sua visão de mundo a partir da análise de uma das principais intérpretes de Benjamin, a filósofa Jeanne Marie Gagnebin:

Benjamin visa a mesma concepção de “tempo homogêneo e vazio”, esse tempo indiferente e infinito que corre sempre igual a si mesmo, que passa engolfando o sofrimento, o horror, mas também o êxtase e a felicidade. A historiografia que se baseia nesta concepção trivial do tempo como cronologia linear opera a partir de princípios cujo fundamento se assenta num conceito totalmente embotado de causalidade histórica, como se a sucessão cronológica fosse sinônimo de uma relação substancial de necessidade histórica: “O historicismo contenta-se em estabelecer um nexo causal entre os diversos momentos da história. Mas nenhum fato, por ser causa, já é, só por isso, um fato histórico. A isso Benjamin opõe um conceito pleno de “tempo de agora”, ao mesmo tempo surgimento do passado no presente e “evento do instante daquilo que começa a ser... que deve, pelo seu começo, nascer a si, advir a si, sem partir de lugar nenhum”. O instante imobiliza esse desenvolvimento temporal infinito que se esvazia e se esgota e que chamamos – rapidamente demais – de história. Benjamin opõe a exigência do presente, que ela seja o exercício árduo da paciência ou risco da decisão”. (GAGNEBIN, 2009, p. 96/97).

Ou seja, para Benjamin, a “história que se lembra do passado também é sempre escrita no presente e para o presente. A intensidade dessa valorização e renovação quebra a continuidade da cronologia tranqüila, imobiliza seu fluxo infinito, instaura o instante e a

instância da salvação”. (GAGNEBIN, 2009, p.97). Assim, o pensador nos propõe um tempo presente que não se apresenta como o resultado necessário de um passado que se atualiza no presente, nem mesmo como transição para outro tempo futuro, mas como um tempo que se mantém imanente na absolutidade de seu presente vital.

A aposta contemporânea no progresso, no desenvolvimentismo e na acumulação de bens e produtos desprezou o tempo ou o ciclo da formação e transformação da natureza. Mais ainda, impôs e imprimiu uma nova lógica de organização, produção e transformação das relações sociais, políticas e econômicas a sociedade humana. Dito de outra forma, acelerou, transformou, subverteu as relações do homem consigo mesmo, com a natureza e por decorrência societárias. Ainda nesta perspectiva, também Leandro Konder nos chama atenção para a perspectiva de Benjamin:

O passado não se entrega a nós; ele só nos envia sinais cifrados, que dão conta, misteriosamente, de seus anseios de redenção. Cada geração recebe uma escassa força messiânica para perceber esses anseios do passado. É a partir de nossa luta no presente que podemos entrever a verdade das lutas que ocorreram antes. A recuperação do passado se dá na forma de recordações que cintilam num momento atual de perigo;” (KONDER, 1999, p. 105)

Ou seja, podemos compreender e agir suficientemente diante das estruturas sociais, políticas e econômicas e de seus processos de marginalização que conformam no presente limites e ameaças a vida humana e ao mundo na medida em que captamos os sinais, os acontecimentos passados que circunscrevem o presente. “A afinidade que temos com os que nos precederam passa pelo perigo, em que nos encontramos, de ceder diante da opressão (KONDER, 1999, p. 105). Nas palavras de Benjamin presentes na Tese VI:

“Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo (...). Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la” (BENJAMIN, 2005, p.65).

Sob tais pressupostos benjaminianos, é preciso compreender que “O passado acena para nós, de longe, mas só poderemos aproveitar a riqueza das energias humanas encerradas nele se formos capazes de agir, no presente, com genuína paixão libertadora” (KONDER, 1999, p. 105). Ou seja, é preciso compreender o presente com disposição crítica

e, comprometida com as experiências vividas pelos seres humanos que conformam o mundo em que nos circunscrevemos. Assim, questionar a condição de marginalização do Território do Contestado, a luz dos processos históricos, geográficos, significa a partir de perspectivas da filosofia da história de Benjamin assumir uma tarefa ética necessária e inadiável. Essa tarefa ética implica em reconhecer que no ato do nascimento de um ser humano no Território do Contestado, necessariamente o Território assume com ele e com a humanidade uma dívida histórica, social, política, econômica e cultural. Dívida com as condições de subsistência, com a possibilidade de reconhecê-lo como herdeiro de uma tradição comunitária e territorial e, por decorrência, de ter assegurado sua condição vital de pertencimento a terra, a cultura em que se circunscreve e se circunscreverá sua visão de mundo e existência.

Na extensão da tarefa ética, apresenta-se necessariamente a condição política de comprometer-se com a afirmação da liberdade como ponto de partida, a partir do qual todo ser humano tem direito à vida, e a realização de sua potência vital individual e, em âmbito social. O reconhecimento no tempo presente da tarefa ético-política revela-se no compromisso de afirmar uma sensibilidade estética adequada ao território, a seres humanos marginalizados, de quem lhes foi retirado e negado o acesso a terra, as condições dignas de vida e de exercício de sua liberdade de pensamento e ação. E, por extensão a possibilidade de rememorar suas histórias, lutas, derrotas, vitórias. Enfim, seu modo de ver e se situar no mundo, sobretudo neste território.

Sob tais pressupostos, advindos da perspectiva benjaminiana de tempo e de história, apresenta-se oportuno rememorar aspectos constitutivos do processo de marginalização do Território do Contestado, cujas marcas se apresentam latentes até o presente. O autoritarismo político e econômico e sua variável extrativista. O autoritarismo é marca registrada da conformação social e política brasileira. Donos de Capitâncias hereditárias, Senhores de engenho, Capitães do mato, Generais, Coronéis, Doutores, Juizes, entre outras denominações são alguns dos personagens que moldaram nossa sociedade de castas, reverberando tal condição em linguagem popular, ou em ditos populares, tais como: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo ou precisa”; “Aqui cada um sabe seu lugar”. Isso, por exemplo, historicamente se materializou e se materializa cotidianamente nas relações sociais.

Assim, se pode partir do pressuposto de que o autoritarismo como um dos aspectos determinantes do processo histórico de marginalização do Território do Contestado, se manifesta em dois momentos constitutivos de um *continuum* de práticas autoritárias. Primeiro na “Questão do Contestado”, em que os Estados de Santa Catarina e do Paraná entraram em litígio, ou contestaram a posse destas terras e de traçados fronteiriços. O que estava em jogo prioritariamente era o domínio territorial de cada um destes entes federados. Aliás, as disputas pela posse das terras, possivelmente, não era desejo dos Estados apenas, mas, seguramente, de interesses privados. Os vínculos comunitários constitutivos da ocupação destas terras pela população nativa e, que transcendem o mero traçado de fronteiras e a garantia de domínio de largas porções de terras por parte dos dois estados não entraram nos cálculos dos interesses estratégicos da disputa estatal. Fato que se evidencia na forma da condução jurídica da questão junto ao Supremo Tribunal Federal da época e, sua solução por meio da intervenção do então presidente da República Venceslau Brás, em abril de 1916, exigindo dos referidos estados a assinatura de acordo. Assim, talvez se possa afirmar que a questão do Contestado foi tão somente um tema de Estado na qual os seres humanos, a população do Contestado, seu abandono por parte do estado, suas mazelas, sua marginalização não foi incluída na contenda entre os estados litigantes muito menos no acordo celebrado.

Ato contínuo, num segundo momento, a manifestação do autoritarismo se revela na Guerra do Contestado. No que concerne ao conhecimento do contexto de época, das causas da Guerra, do desenvolvimento e, desdobramentos do conflito nos mais diversos âmbitos, o trabalho realizado pelos historiadores é revelador e desautoriza pretensões e incursões geográficas e filosóficas nesta seara. Mas, compete à geografia e a filosofia reconhecer as heranças autoritárias do conflito que se manifestam cotidianamente conformação espacial do território, no *ethos*, nos costumes, nas tradições, nas relações humanas e sociais, e que conformam sob determinadas perspectivas a dinâmica de marginalização contemporânea do Território do Contestado. Sob tais pressupostos, talvez se possa afirmar e, mesmo rememorar, que a marginalização do Território do Contestado continua a manifestar-se na sutileza de práticas autoritárias que promovem o silêncio em torno da Guerra do Contestado. Apesar dos avanços, dos estudos, das pesquisas e publicações em torno do conflito, majoritariamente em âmbito acadêmico, é fato de que a

sociedade brasileira desconhece significativamente a existência do conflito, sua intensidade, profundidade e, sobretudo as sequelas na conformação antropológica, política, econômica e cultural do Território do Contestado.

Sob outra perspectiva, talvez seja possível reconhecer na estratégia autoritária de promoção do silêncio em torno do conflito, o fato de apresentá-lo como informação secundária em livros didáticos e manuais de história. Mais, recentemente, esta estratégia de silenciar o conflito e as contradições que lhe são inerentes se manifesta na forma de apresentá-lo como produto turístico a ser ofertado para os ávidos consumidores. Atração para turistas apressados em vivenciar novas e instantâneas experiências numa infinidade de *selfis* descontraídos e, desinteressados de qualquer compreensão em relação a implicâncias éticas, políticas e estéticas do processo de marginalização vivenciado cotidianamente pelo Território do Contestado. Assim, torna-se urgente reconhecer que é inerente as práticas autoritárias constitutivas da sociedade brasileira, promover senão patrocinar o silêncio, o esquecimento em torno das contradições, da violência de suas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais. Talvez, se possa afirmar que tais práticas autoritárias circunscrevem a natureza humana, ou mesmo a condição humana, apresentando-se em suas especificidades nos mais variados povos e culturas. Mas, invariavelmente é preciso ter presente que fazer silenciar fatos, acontecimentos e, seres humanos, ou todo um território significa negar-lhes a palavra. Negar a palavra é abster as pessoas da possibilidade da narrativa, do testemunho da violência vivenciada, do direito a rememoração dos fatos e acontecimentos que envolveram as gerações que antecederam e, que conformaram as bases históricas de marginalização do Território do Contestado na atualidade.

Ao negar a palavra, nega-se o conhecimento. Talvez isso, justifique o fato do Território do Contestado permanecer ao longo de décadas abandonado pelos poderes políticos regionais, estaduais e nacionais. Entre outras variáveis, tomemos como exemplo: porque este território não recebeu uma Universidade Estadual ou Federal? Aliás, na ausência destas, algumas lideranças regionais organizaram-se e constituíram Instituições Comunitárias, entre elas a Universidade do Contestado, como forma de preencher esta lacuna. A imposição do silêncio ao Território do Contestado em relação à expressão de suas fraturas e mazelas sociais, bem como de suas contradições e, conflitos conformou-se como

estratégia de mantê-lo a margem (marginalizado), impedindo o reconhecimento de si a partir de suas origens e, por extensão, de que esta condição se circunscrevesse como variável constitutiva da conformação da sociedade brasileira.

Mas, é preciso também reconhecer que o silêncio é uma das formas que assume a linguagem humana. No silêncio de um indivíduo, de uma comunidade, ou de um Território, reside uma narrativa de resistência sufocada. A imposição do silêncio, do esquecimento, ou mesmo a negação da palavra, pode retardar a manifestação do discurso e da ação por gerações, mas não impede que a narrativa se inscreva nas entrelinhas do discurso e na ação autoritária no tempo presente. Na perspectiva aristotélica, o que caracteriza o ser humano é sua condição política. Assim, o homem é um animal político por ser falante, por possuir uma linguagem que lhe permite compartilhar a multiplicidade de possibilidades que o mundo lhe apresenta cotidianamente. A política é sua condição de ser e estar no mundo, de agir conjuntamente com outros seres humanos na conformação de um mundo que acolha dignamente a condição humana. A ação política resulta dos laços de confiança entre homens, comunidades e territórios. Sob tais pressupostos, atentemos para o fato de que a ação autoritária de imposição do silêncio, por meio da intensidade da narrativa oficial em suas mais diversas formas já citadas, significa negar a palavra. A negação da palavra incide na impossibilidade da ação política comum na constituição de relações de confiança comunitários e territoriais, fundamentais e necessários a afirmação de uma visão de mundo que transcenda a marginalização.

Portanto, é possível reconhecer contemporaneamente no processo geográfico e histórico de marginalização do Território do Contestado, variáveis advindas da negação da palavra, da memória, da rememoração das narrativas de um modo de vida comunitário, de suas alegrias, de suas lutas, de sofrimentos constitutivos do Território e, que se apresentam como características da sociedade brasileira como um todo, entre elas:

1. A dificuldade do território tomar-se a si mesmo como objeto, de compreender a natureza de sua condição e de suas contradições societárias, uma vez que lhe falta o domínio da profundidade da palavra como expressão de sua visão de mundo, de pensamento e, de reflexão sobre sua condição de ser e estar e compartilhar o mundo;

2. A dificuldade de estabelecer laços de confiança societários que permitam a ação política promovendo o bem comum, o espaço público como condição *sinequa non* para assegurar o desenvolvimento humano e social;
3. A dificuldade de constituir instituições que se apresentem como expressão de práticas societárias democráticas e, que por sua natureza coíbam acordos e interesses de grupos que lesam os interesses comunitários e societários e territoriais;
4. A dificuldade de superar práticas econômicas e políticas ancoradas no extrativismo, que se caracteriza pelo descomprometimento com o desenvolvimento do território e, que por reverso, beneficiam interesses isolados;
5. A dificuldade de superar a desconfiança característica de nossa conformação societária, marcada pelo autoritarismo e extrativismo de nossa condição.

A superação de tais condições no referido território pode levar em conta a proposta de Milton Santos (1997):

Os geógrafos, ao lado de outros grupos sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço, natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado (p. 267).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que, historicamente, na maior área do Território do Contestado, as classes mais abastadas economicamente (elites), carregaram ou transferiram seus bônus, investimentos financeiros ou de negócios para outros territórios – cidades paranaenses e catarinenses, como, por exemplo, Curitiba, Joinville, Florianópolis, dentre outras. Ou seja, os bens financeiros advindos da produção regional, sejam extrativistas, comercial,

industrial, dentre outros, não foram e não são aplicados no referido território. Isso denota e demonstra, de certa forma, falta de identidade, de concepções e ações de pertencimento no e com o território. Consequentemente, tais práticas não promoveram e não promovem o desenvolvimento local, regional ou territorial. Entende-se que tais práticas são equivocadas sob o ponto de vista principalmente capitalista. Afinal, não investir no território e a consequente evasão econômica de bens e recursos de determinado território, não gera trabalho e renda para as pessoas destes lugares. Consequentemente, tende a estagnar e marginalizar política e principalmente intensificar a exclusão social das pessoas que habitam esse território.

Contraditoriamente a tal realidade, verifica-se que, em outros territórios, como por exemplo, no meio e Oeste Catarinense, de certa forma, as elites locais apostaram e ainda apostam e investem no local e no regional. Por conseguinte, movimentam a economia, geram postos de trabalho, distribuem renda, obviamente, aumentam os seus bônus e, também, consequentemente, contribuem com os indicadores sociais. Assim como as elites locais - regionais historicamente não investiram economicamente no Território do Contestado - o Estado também não se preocupou e nem investiu culturalmente, como, por exemplo, em universidades e centros de pesquisas. Diante deste cenário, cabe também a academia (Universidades), em especial, investigar, apresentar tais situações e discutir as contradições regionais. Mas, além disso, articular de forma ampla, intensa e contínua juntamente com diferentes setores da sociedade a construção de uma plataforma de ações e o estabelecimento de novas relações para esse território.

Desta forma, a concepção de história advinda de Walter Benjamin nos apresenta a urgência da rememoração dos processos históricos de marginalização do Território do Contestado, marcados pela manifestação passada e presente do autoritarismo e de seu correlato extrativismo. O extrativismo que se caracteriza antropologicamente pela fragilidade dos laços de pertencimento ao Território, desdobrando-se na dimensão econômica, social e humana de baixo comprometimento com a distribuição equitativa da riqueza material produzida, bem como a valorização do bem comum, dos laços de confiança comunitários e sociais. Tal condição apresenta-se imprescindível para a constituição de uma dimensão pública e de bem viver, que acolha e promova a dignidade dos seres humanos atuantes neste espaço, apresentando-se também como promotora de

vida e dignidade para as gerações atuais e futuras. Esta tarefa pertence ao tempo de agora, ao tempo presente, ao tempo que resta. É urgente e inadiável.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O Sacramento da Linguagem: arqueologia do juramento** (Homo Sacer II,3). Tradução Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Ensaio introdutório, texto em grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002 (volume II – A Metafísica)

BENJAMIN, Walter. TESE II (In) LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o Conceito de história”**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brandt. Tradução das teses Jeanne Marie Gagnebin; Marcos Luiz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>

KNOREK, Reinaldo e LOCH, Carlos (Orgs.). **Território da Cidadania em Santa Catarina: diagnósticos e estudos**. Curitiba (PR): CRV, 2016.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o Conceito de história”**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brandt. Tradução das teses Jeanne Marie Gagnebin; Marcos Luiz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

O que é o IDH? - Politize! – Disponível em <https://www.politize.com.br/idh-o-que-e/> - acessado em 22.06.2019

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esportes. **Regiões turísticas do Estado de Santa Catarina**. Editora Letras Brasileiras. Região Turística Vale do Contestado (2014).

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Márcio Bolda. **Metafísica e Assombro: Curso de Ontologia.** São Paulo: Paulus, 1994.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Os costumes no planalto catarinense: dos embates no movimento sertanejo do Contestado à luta contra as imposições do capital estrangeiro (1912-1919). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS** Vol. 7 Nº 14, Dezembro de 2015.